



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

4ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual– 20.10.2021

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00376/2020-66 (Recurso Interno)

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib

Recorridos: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Rio Grande do Sul. Termo de Cooperação firmado com entidades sindicais representativas de professores. Apuração de suposta incitação de violência contra professores em rede social. Violação aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência. Pedido de liminar.

Presidente: Antônio Augusto Brandão de Aras

Secretário-Geral: Jaime de Cassio Miranda

Decisão: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao presente Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Não proferiram voto, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante indicado pelo Superior Tribunal de Justiça e o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual